



# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº. 041/2022

APROVADO EM UNANIMIDADE DISCUSSÃO

POR UNANIMIDADE

SALA DAS SESSÕES, 02/08/2023

Presidente

SÚMULA "Da denominação a logradouro público que especifica".

A Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, sanciono a seguinte.

Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua JURANDIR DOS SANTOS, com início na Rua Alberto Krause, começando na Casa nº 01 e termino na Casa nº 11. ( Rua sem saída)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 07 de junho de 2022

WALLISON ROMERO  
Vereador

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 21 / Junho / 2022

Secretário

APROVADO EM REDACÇÃO FINAL DISCUSSÃO

POR DISPENSA

SALA DAS SESSÕES, 02/08/2023

Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

SENHORES VEREADORES.

O presente Projeto de Lei é uma homenagem ao Senhor JURANDIR DOS SANTOS, residente e domiciliado a Rua José Tomaz, Jardim Vitória na localidade de Tanguá, Almirante Tamandaré, Parana. Deixa esposa Dirce Cordeiro dos Santos e filhos Deisimari com 47 anos e Gilson com 35 anos.

Justifica-se a NOMINAÇÃO da referida Rua com muitos anos (vinte) de trafego e com sérios problemas de localização dos CORREIOS na entrega de correspondências e afim de identificar logradouro público, conforme mapa em anexo.

Senhor Presidente,

É a justificativa.

Sala das Sessões, 07 de junho de 2022.

  
Wallison Romero  
Vereador

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO

DIA 21 / Junho / 2022

  
Secretário





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**CARTÓRIO DISTRITAL DO CAJURU**

João Geraldo Lazzarotto  
 TABELÃO E OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Substituída: Renata Cristina Dancini / Angélica Maria Must Obladen / Inês Balan Jorge

**CERTIDÃO DE ÓBITO**

NOME

**\*\* JURANDIR DOS SANTOS \*\***

MATRÍCULA

082461 01 55 2011 4 00067 069 0014913 76

SEXO	ESTADO CIVIL E IDADE
masculino	casado, 72 anos
LOCAL DE NASCIMENTO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
Porto Amazonas/PR	RG 769.598-5/PR
DECLARANTE	
SIM	
NOME DO DECEDENTE	
ACEDINO BENTO DOS SANTOS **	
CLARINDA JUSTINA DOS SANTOS **	
RESIDÊNCIA	
rua José Tomaz, nº 10, Jardim Vitória, Almirante Tamandaré, PR. **	
DATA E HORA DO FALECIMENTO	DIAS MES ANO
quatorze de janeiro de dois mil e onze à uma hora e vinte minutos **	14 01 2011
LOCAL DE FALECIMENTO	
Hospital Erasto Gaertner, Curitiba, Paraná **	
CAUSA DA MORTE	
a) insuficiência respiratória, b) sepse, broncopneumonia - câncer de próstata. **	
SEPLTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)	DECLARANTE
Cemitério Paroquial São Marcos, em Curitiba/PR **	Gilson Luis Cordeiro dos Santos
NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO	
Dra. Juliana Corrêa Dallagnol CRM nº 23317 **	

OBSERVAÇÕES/RELAÇÕES

Era nascido aos 06/08/1938. Era casado com DIRCE CORDEIRO DOS SANTOS. Deixou os seguintes filhos: Deismari com 47 anos e Gilson com 35 anos de idade. Não deixou bens, nem testamento conhecido. 1ª via expedida.  
 Custas: Isento \*\*

JOÃO GERALDO LAZZAROTTO  
 CARTÓRIO DISTRITAL DO CAJURU  
 Curitiba/PR  
 Avenida Presidente Afonso Camargo, 763  
 Comarca de Curitiba / PR

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
 Curitiba, 14 de Janeiro de 2011.

Assinatura do Oficial

Renata Cristina Dancini  
 Substituta



CERTIDÃO GRATUITA



01.115

R. Prof. Alberto Kratoch

-05-2022 TAMANDARÉ GERAL COMPLETO\_1\_1179\_S1d41937.sv\$

ut menu.

670347.57 7193147.24 0.00 N



Capela nossa senhora  
Aparecida Tanguá

Tanguá

Arena Rottas

Espaço Cidadão Dona  
Mirttis Wosch Galuski...  
Visto recentemente

R. José Tomás







**PARECER JURÍDICO**

**Referência:** Projeto de Lei nº. 041/2022

**Autoria:** Vereador Wallison Romero

**Ementa:** “Da denominação a logradouro público que especifica”.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei nº. 041/2022, que tem por objetivo denominar como Rua JURANDIR DOS SANTOS, a rua com início na Rua Alberto Krause, começando na Casa nº 01 e termino na Casa nº 11, neste Município.

O Projeto de Lei foi apresentado, vindo a esta Procuradoria Jurídica para parecer.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

**II – ANÁLISE JURÍDICA**

**2.1. Da Competência, Iniciativa e Espécie Normativa**

O presente Projeto de Lei foi encaminhado à esta assessoria para fins de análise quanto a possibilidade de denominação de logradouro público.

De início compete trazer o conhecimento que a Lei Orgânica Municipal, a princípio, atribui a competência para denominação de próprios públicos exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, ao dispor que:

Prefeito: Art. 69 - Compete privativamente ao

XXII - **dar denominação** á próprios municipais e logradouros públicos, com deliberação do Poder Executivo Municipal;

A competência do Poder Legislativo assim, seria restrita aos casos de alteração de nome, conforme dispõe a Lei Orgânica:





# CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

## ESTADO DO PARANÁ

Art. 14 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

(...)

XIII - **alteração** da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

Ocorre que ao analisar a questão o Supremo Tribunal Federal, sem sede de repercussão geral, fixou a tese de que “é comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições”. (STF - RE: 1151237 SP, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 03/10/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 12/11/2019).

Por sua vez quanto aos requisitos para denominação de próprio público temos que a Lei Federal 6.454/1977, traz como vedações:

Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Assim, em que pese tratar-se de pessoa já falecida, verifica-se que o projeto veio acompanhado de suscinto histórico, o qual a comissão deve julgar se está ou não apto a justificar a homenagem.

### 2.2. Do Quórum

Para aprovação do Projeto de Lei em análise será necessário o voto favorável da **maioria simples**, ou seja, aquela composta pela maioria de votos, presente o número mínimo de vereadores para deliberar (art. 43, §3º, a, do RI), em **turno único de discussão e votação**, conforme previsão do art. 186, I, do Regimento Interno.

Ainda, com fundamento no art. Art. 206, do Regimento Interno, deverá ser utilizada a **votação simbólica**.

É importante ressaltar que o Presidente da Mesa Diretora somente votará em caso de empate, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno.

### 2.3. Das Comissões Permanentes





Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo da Comissão Permanentes de Constituição, Justiça e Redação (art. 76, § 3º, V, do RI), a e Obras e Serviços Públicos (art. 78, do RI).

### **III – CONCLUSÃO**

Feitas as considerações que julgamos cabíveis e pertinentes, ressaltamos que esta Instrução tem caráter meramente opinativo, cabendo exclusivamente à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, apreciar a matéria e exarar Parecer conclusivo no que tange aos seus aspectos constitucional e legal.

Igualmente, no que tange ao mérito, a análise caberá tão somente aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais. Isso quer dizer que, embora juridicamente viável, o projeto pode ser considerado politicamente inadequado, dentro da discricionariedade de cada Edil.

Almirante Tamandaré, 21 de junho de 2022.

**Bruno Juvinski Bueno**  
Advogado





## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Aos vinte sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na respectiva Sala, para analisar os Projetos:


- Projeto de Lei nº **041/2022** de autoria do Poder Executivo Municipal assinado pelo Excelentíssimo Senhor **Wallison Romero** com a seguinte sumula:

**“Da denominação a logradouro público que especifica.”**

Após análise do projeto acima citados, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente as suas aprovações, encaminhando-os para os trâmites normais.



Nilson Guimarães  
Presidente



Polaco  
Vice-Presidente

Ferrugem  
Membro